PRUDÊNCIA NA INTERPRETAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

Gilmar Mendes Lourenço

Meios especializados e formadores de opinião vêm demonstrando flagrante precipitação na interpretação das estatísticas e indicadores econômicos, ancorada na produção de mensagens exageradamente otimistas acerca do cenário de curto prazo da economia nacional, contaminadas pelo indisfarçável desejo de fim da recessão e início da recuperação dos negócios.

De fato, a cesta de dados preliminares, relativa ao segundo trimestre de 2017, permite o diagnóstico de que performance dos níveis de atividade teria superado as expectativas, constituídas predominantemente pelas apostas negativas associadas à intensificação da instabilidade política - deflagrada com o vazamento, em 17 de maio, do diálogo, às escondidas, acontecido entre o dirigente do grupo JBS, Joesley Batista, e o presidente da república, no Palácio do Jaburu - e a economia do País estaria bafejada por um estágio de reativação e descolada das turbulências brotadas de Brasília.

Na visão dos mercados, a gravidade dos indícios de corrupção passiva, contidos no episódio envolvendo o chefe de estado e aquele empresário, e denunciados pela Procuradoria Geral da República (PGR), carregava fortes chances de acarretar perda de controle da orientação macroeconômica, retorno da situação de contração da produção e do emprego e, por extensão, reversão da tendência de recuperação da confiança dos agentes, esboçada desde o começo do ano.

Mas os prognósticos de aborto da inversão da situação recessiva não se confirmaram por conta da combinação de dois fatores. De um lado, emergiu o panorama virtuoso da economia global, marcado por reação generalizada, embora moderada, potencializado, no plano doméstico, pela desinflação, ainda fortemente determinada pela depressão da demanda, e o ciclo de corte dos juros primários, promovido pelo Banco Central (BC), que caíram de 14,25% ao ano, em outubro de 2016, para 9,25% a.a., em julho de 2017, e representaram razoável alívio ao endividamento de famílias e empresas.

De outro extremo, surgiu a influência do acentuado conservadorismo implícito nas decisões do judiciário e legislativo, supostamente centrado na preservação da estabilidade institucional, retratado na absolvição, em junho de 2017, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da chapa Dilma-Temer, da acusação de abuso de poder econômico na campanha eleitoral de 2014, e no arquivamento, em agosto de 2017, pela câmara dos deputados, da denúncia da PGR antes referida.

Nessas condições, as principais variáveis explicativas da evolução do cotidiano econômico mantiveram comportamento ascendente, entre abril e junho de 2017, ainda que em ritmo inferior ao registrado no intervalo janeiro-março, amparado nos efeitos irradiadores do agronegócio exportador, à montante (insumos, máquinas, equipamento e veículos) e à jusante (comércio e serviços), e na utilização das enormes margens de ociosidade, acumuladas durante a fase de retração, com duração de cerca de três anos.

Mais precisamente, o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), prévia do produto interno bruto (PIB), cresceu 1,21% e 0,25%, no primeiro e segundo trimestre do ano, respectivamente, contra os três meses imediatamente anteriores. Por essa mesma referência de cotejo, o volume de serviços prestados variou -0,3% e 0,3%, respectivamente. Já a produção industrial aumentou 1,0% e 0,2%, nos dois trimestres iniciais de 2017, em relação aos lapsos de tempo do ano anterior.

No entanto, os detentores do poder de análise e comunicação, mergulhados em apreciações parciais e superficiais e equívocos conceituais, têm negligenciado a natureza frágil da suposta reação das transações, sustentada em elementos de fôlego curto, que careceriam de

Os detentores do poder de análise e comunicação têm negligenciado a natureza frágil da suposta reação das transações.

substituição por vigas mestras fincadas na estrutura do ajuste fiscal de longo prazo, dependente da ação de um congresso nacional preocupado apenas com o erguimento de barricadas contra os ataques da Lava Jato e a perpetuação no poder.

Em contraposição à retórica de que a troca de comando político do País, em 2016, ensejaria a restauração da confiança e, por consequência, a formação de um ambiente de retomada puxado pelo investimento, o que se vê, em condições de elevada capacidade ociosa, é a forte probabilidade de ocorrência de empuxe do consumo, explicado pelos efeitos da contínua diminuição da inflação, particularmente, a recomposição do poder de compra da população.

Em não poucos casos, os holofotes permitem a observação de verdadeiros ilusionistas, encarregados da omissão de fatos relevantes, como a diminuição, no primeiro semestre de 2017, de -0,11% do IBC-Br e de -4,1% nos serviços (-4,7%, no primeiro trimestre, e -3,6%, no segundo, frente a idêntico período de 2016), segmento responsável por 73,3% do PIB.

Outra postura distorcida compreende o destaque dedicado à subida da confiança do empresário industrial e do comércio, constatada no mês de agosto, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação Nacional do Comércio, depois das quedas acontecidas em junho e julho, e a omissão da regressão das perspectivas de consumo, mensurada pela CNC, também para o mês de agosto, após quatro altas seguidas, retornado aos níveis de março de 2017.

Considerando que as despesas de consumo das famílias representam 64,0% do PIB, em circunstâncias de apreciáveis patamares de desemprego, endividamento e inadimplência, seria no mínimo ingênuo desprezar a evidência de que, após a liberação do internamento da unidade de terapia intensiva, imposto pela recessão, o organismo econômico brasileiro requererá razoável tempo de acompanhamento especializado, até conquistar a plena recuperação, preferencialmente distante dos olhares dos doutores da política, empenhados na viabilização do deslocamento de R\$ 3,6 bilhões dos cofres do tesouro nacional para a cobertura financeira do evento eleitoral de 2018.